

E SE A PSICANÁLISE NÃO FOSSE BINÁRIA? BINARISMO, TRAUMA COLONIAL E FERENCZI COMO ABERTURA PARA UMA EPISTEMOLOGIA NÃO BINÁRIA

WHAT IF PSYCHOANALYSIS WERE NON-BINARY? BINARISM, COLONIAL TRAUMA, AND FERENCZI AS AN OPENING TOWARD A NON-BINARY EPISTEMOLOGY

¿Y SI EL PSICOANÁLISIS NO FUERA BINARIO? BINARISMO, TRAUMA COLONIAL Y FERENCZI COMO APERTURA HACIA UNA EPISTEMOLOGÍA NO BINARIA

Ligia Maria Durski¹

Resumo: O presente artigo propõe uma leitura crítica de certos modelos ontológicos e epistemológicos universalizados na tradição psicanalítica freudiana, especialmente daqueles organizados a partir de lógicas binárias como fálico/não fálico, eu/outro e humano/não humano. Argumenta-se que tais operadores, ao serem naturalizados, não atuam apenas no plano intrapsíquico, mas participam da produção e da atualização de paradigmas hierarquizantes articulados historicamente ao patriarcado, à colonialidade e ao capitalismo. Sustenta-se que esses regimes binários podem restringir a inteligibilidade clínica de experiências dissidentes de gênero, corpo, sexualidade e alteridade, reinscrevendo formas de sofrimento vinculadas ao trauma colonial. A partir de uma releitura crítica de determinados modelos presentes na obra freudiana — especialmente em *Totem e tabu* —, o artigo interroga os efeitos clínicos e epistemológicos da universalização da diferença sexual como paradigma organizador do humano. Em seguida, mobiliza o pensamento de Sándor Ferenczi, particularmente o conceito de utraquismo, não como simples contraponto à teoria freudiana, mas como deslocamento epistemológico capaz de abrir a psicanálise a formas não binárias de produção de conhecimento. Ao privilegiar mutualidades, oscilações, ritmos irregulares e zonas de indeterminação entre Eu e Outro, Ferenczi oferece pistas para uma clínica mais sensível às reverberações coloniais inscritas no psiquismo e mais capaz de acolher experiências subjetivas que escapam às categorias clássicas da diferença sexual.

Palavras-chave: Psicanálise. Binarismo. Ferenczi. Epistemologia não binária. Trauma colonial.

Abstract: This article proposes a critical reading of certain universalized ontological and epistemological models within the Freudian psychoanalytic tradition, particularly those organized around binary logics such as phallic/non-phallic, self/other, and human/non-human. It argues that these operators, when naturalized, not only function at the intrapsychic level but also participate in the production and reproduction of hierarchical paradigms historically linked to patriarchy, coloniality, and capitalism. It further argues that these binary regimes may restrict the clinical intelligibility of dissident experiences of gender, embodiment, sexuality, and alterity, thereby reinscribing forms of suffering associated with colonial trauma. Through a critical rereading of certain models in Freud's work — especially *Totem and Taboo* — the article interrogates the clinical and epistemological effects of universalizing sexual difference as an organizing paradigm of the human. It then mobilizes the thought of Sándor Ferenczi,

¹ Psicóloga. Psicanalista. Doutora em Psicanálise pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Membro do Espaço de Estudos Psicanalíticos (EBEP-RJ). Desenvolve pesquisas nas áreas de psicanálise, epistemologia, colonialidade, gênero e clínica contemporânea. ORCID: 0000-0002-5341-005X. E-mail: ligiadurski@hotmail.com

particularly the concept of utraquism, not as a mere counterpoint to Freudian theory but as an epistemological displacement capable of opening psychoanalysis to non-binary modes of knowledge production. By privileging mutuality, oscillation, irregular rhythms, and zones of indeterminacy between Self and Other, Ferenczi offers conceptual resources for a clinical approach more attuned to colonial reverberations inscribed in the psyche and better able to accommodate subjective experiences that escape the classical categories of sexual difference.

Keywords: Psychoanalysis. Binarism. Ferenczi. Non-binary epistemology. Colonial trauma.

Resumen: Este artículo propone una lectura crítica de ciertos modelos ontológicos y epistemológicos universalizados dentro de la tradición psicoanalítica freudiana, especialmente aquellos organizados en torno a lógicas binarias como fálico/no fálico, yo/otro y humano/no humano. Se argumenta que estos operadores, al ser naturalizados, no solo funcionan en el plano intrapsíquico, sino que también participan en la producción y reproducción de paradigmas jerárquicos históricamente vinculados al patriarcado, la colonialidad y el capitalismo. Se sostiene que estos regímenes binarios pueden restringir la inteligibilidad clínica de experiencias disidentes de género, cuerpo, sexualidad y alteridad, reinscribiendo formas de sufrimiento asociadas al trauma colonial. A partir de una relectura crítica de ciertos modelos presentes en la obra de Freud —especialmente en Tótem y tabú—, el artículo interroga los efectos clínicos y epistemológicos de la universalización de la diferencia sexual como paradigma organizador de lo humano. Seguidamente, moviliza el pensamiento de Sándor Ferenczi, particularmente el concepto de utraquismo, no como un mero contrapunto a la teoría freudiana, sino como un desplazamiento epistemológico capaz de abrir el psicoanálisis a modos no binarios de producción de conocimiento. Al privilegiar la mutualidad, las oscilaciones, los ritmos irregulares y las zonas de indeterminación entre Yo y Otro, Ferenczi ofrece elementos para un abordaje clínico más sensible a las reverberaciones coloniales inscritas en el psiquismo y más capaz de acoger experiencias subjetivas que escapan a las categorías clásicas de la diferencia sexual.

Palabras clave: Psicoanálisis. Binarismo. Colonialidad. Ferenczi. Epistemología no binaria. Trauma colonial.

INTRODUÇÃO

Que corpos, modos de existência e formas de sofrimento tornam-se inteligíveis a partir das categorias clássicas da psicanálise? E quais experiências permanecem à margem dessas leituras, enquadradas por modelos ontológicos e epistemológicos que não foram construídos a partir delas?

Início este artigo com uma análise crítica da psicanálise freudiana. Porém, antes desse acesso crítico à base psicanalítica, é necessário situar brevemente os conceitos centrais que orientam este estudo. A crítica ao patriarcado, à lógica binária e à colonialidade é compreendida aqui a partir de três vértices interligados: a *colonialidade*, aqui entendida como uma matriz estrutural de poder que determina quais corpos, saberes e subjetividades são reconhecidos ou deslegitimados, produzindo hierarquias persistentes e atravessando temporalidades históricas, conforme apontam Maria Lugones (2019), Frantz Fanon (2008) e Grada Kilomba (2019); o *capitalismo*, considerado não apenas como um sistema econômico, mas como um dispositivo que articula exploração material e simbólica, criando desigualdades estruturais e reforçando a marginalização de corpos e práticas dissidentes, em consonância com análises críticas contemporâneas sobre produção de valor e subjetividade; e o *patriarcado* e os binarismos de gênero, sendo o patriarcado entendido como um regime histórico-cultural que hierarquiza relações de poder entre gêneros e que, juntamente com outras dicotomias (fálico/

não fálico, eu/outro, humano/não humano), participa da organização da inteligibilidade das subjetividades, reforçando normas e estruturas de dominação.

Inserir esses conceitos neste ponto da introdução permite que a leitura da crítica freudiana seja situada epistemologicamente, oferecendo à/ao leitora/leitor os instrumentos teóricos necessários para compreender como determinadas formulações da psicanálise podem interagir com essas matrizes de poder e produzir efeitos clínicos e epistemológicos específicos que, quando naturalizados, podem reinscrever lógicas hierárquicas articuladas historicamente ao patriarcado, à colonialidade e ao capitalismo, influenciando não apenas o plano teórico, mas também o modo como a clínica psicanalítica torna inteligíveis determinadas experiências subjetivas.

A análise aqui desenvolvida não busca rejeitar a obra freudiana, mas interrogar os efeitos epistemológicos e clínicos produzidos por certas universalizações metapsicológicas. Em particular, explora-se como essas estruturas podem restringir a compreensão de corpos, gêneros, sexualidades e modos de existência que não se enquadram nos modelos normativos. A leitura ancora-se também nas reflexões de Judith Butler (2013), que alerta para a dificuldade de localizar historicamente a origem do patriarcado ou do falocentrismo, destacando a persistência de lógicas reiterativas que atravessam diferentes tempos e contextos culturais, e no trabalho de Ayouch (2025), para evidenciar como certas configurações de poder continuam a impactar subjetividades que não ocupam o centro da norma. Essa perspectiva permite que a leitura da obra freudiana seja realizada de modo crítico, sensível às condições de inteligibilidade e às repercussões clínicas das epistemologias binárias.

Nesse horizonte, o pensamento de Sándor Ferenczi é mobilizado não como simples contraponto à teoria freudiana, mas como deslocamento epistemológico capaz de abrir possibilidades para uma epistemologia não binária. Particularmente, o conceito de utraquismo e as ideias de mutualidade, oscilação e zonas de indeterminação entre Eu e Outro fornecem pistas para uma clínica mais sensível às reverberações coloniais e às experiências dissidentes que escapam às categorias tradicionais de inteligibilidade.

O artigo se organiza em três partes principais: a primeira examina a ontologia freudiana do humano e suas implicações epistemológicas; a segunda articula os efeitos clínicos e teóricos dos binarismos e do trauma colonial; e a terceira apresenta o deslocamento epistemológico ferencziano como possibilidade de abertura a modos não binários de produção de conhecimento e de prática clínica. Ao longo do texto, busca-se demonstrar que é no interior da própria psicanálise que emergem recursos para interrogar e reconfigurar seus pressupostos, promovendo uma prática ética, sensível e plural.

A ONTOLOGIA FREUDIANA

Mais do que afirmar a existência de uma ontologia sistematicamente formulada por Freud, interessa-nos investigar como determinados modelos metapsicológicos presentes em sua obra acabam produzindo concepções universalizantes do humano, especialmente no que diz respeito à diferença sexual, à constituição da cultura e às formas de subjetivação². Trata-se, portanto, menos de localizar uma “origem” do patriarcado ou do falocentrismo na teoria freudiana do que de interrogar como certas formulações acabam reiterando e naturalizando

² Vale acrescentar que uso aqui o termo “modos de subjetivação” inspirada no pensamento foucaultiano que, em linhas gerais, defende que a subjetividade humana não é algo inato, mas produzido historicamente, especialmente através dos discursos, práticas sociais, políticas e familiares e das relações de poder. Diz das possibilidades de os indivíduos acessarem o lugar de sujeito — somando aí questões de identidade, consciência de si, valores e formas de se relacionar consigo e com os outros. Afinal, para Foucault, o sujeito não é dado de uma vez por todas. Ele é constituído por práticas de subjetivação, através das quais ele se reconhece e se transforma (Foucault, 2006, p. 252).

lógicas binárias historicamente articuladas à colonialidade, ao patriarcado e à normatividade ocidental.

A leitura aqui proposta não pretende reduzir a complexidade da obra freudiana nem desconsiderar suas revisões internas e deslocamentos conceituais. Busca, antes, explicitar alguns de seus pressupostos ontológicos e epistemológicos, bem como os efeitos clínicos e políticos produzidos quando determinadas hipóteses metapsicológicas passam a operar como modelos universais de inteligibilidade do humano.

Nesse horizonte, interessa particularmente examinar como categorias organizadas em torno de pares hierárquicos — como fálico/não fálico, masculino/feminino, civilizado/primitivo e eu/outro — podem participar da constituição de regimes binários de reconhecimento, delimitando quais experiências subjetivas tornam-se legíveis no interior da tradição psicanalítica e quais permanecem à margem de suas estruturas interpretativas.

Além disso, argumentarei que ontologia e epistemologia, embora conceitualmente distintas, encontram-se estreitamente vinculadas. Se a ontologia determina as bases do “ser”, a epistemologia estabelece os modos pelos quais esse “ser” pode ser conhecido. Como o modo de tornar algo inteligível participa ativamente da própria construção de sua definição, ontologia e epistemologia frequentemente se condicionam mutuamente. Freud só pôde propor uma determinada ontologia do humano porque operava a partir de um modo específico de investigar, interpretar e legitimar saberes. Como metáfora, pode-se dizer que uma ontologia funciona como um tipo particular de aeronave, enquanto uma epistemologia opera como um tipo específico de pista de pouso: nem toda aeronave pode aterrissar em qualquer pista. Uma depende da outra tanto para autorizar certos modos de conhecimento quanto para configurar as condições de sua manifestação.

Essa metáfora é mobilizada por Paul B. Preciado (2021) ao afirmar que uma epistemologia não apenas responde a perguntas, mas define previamente quais perguntas podem ser formuladas. Segundo o autor:

Uma epistemologia é um fechamento do nosso sistema cognitivo que não só dá respostas às nossas perguntas, mas também define as próprias perguntas que podemos fazer a nós mesmos com base em uma interpretação prévia dos dados sensoriais (Preciado, 2021, p. 53).

ONTOLOGIA E DEVER HUMANO NA OBRA FREUDIANA

Uma ontologia busca responder quais seriam as características fundamentais que tornam possível afirmar que algo, alguém ou um acontecimento é. No caso de uma ontologia do humano, trata-se de definir aquilo que seria comum a todos, o que caracterizaria o ser humano e o orientaria para determinados destinos possíveis — uma suposta essência universal e relativamente invariável³.

A partir das construções, inferências e formulações freudianas acerca da constituição psíquica, torna-se possível deduzir uma ontologia do humano em Freud. Ainda que o autor buscasse evitar especulações metafísicas ao ancorar suas proposições na clínica e na metapsicologia, é inegável que, voluntária ou involuntariamente, acabou por formular hipóteses universalizantes acerca de características tomadas como estruturais do psiquismo humano⁴.

³ Para maior aprofundamento neste aspecto, ver Durski e Safra (2014a).

⁴ Em seus textos, é recorrente ver Freud fazendo referência ao “aparelho psíquico” humano como se fosse essa a estruturação psíquica de *todos* os humanos. Quando a leitora notar que estamos aqui também construindo frases universalizantes, vale a advertência de que assim o farei especialmente enquanto estiver explicitando o pensamento freudiano.

Tais características sustentariam seus achados clínicos e, em uma perspectiva ampliada, explicariam formações culturais e sociais. A coerência interna desse edifício teórico contribuiu para que essa ontologia permanecesse, até hoje, como referência explicativa de múltiplas dinâmicas relacionais, sociais e culturais.

O problema que se impõe, contudo, é que Freud estava situado em um contexto sociopolítico e cultural específico e atendia majoritariamente pacientes pertencentes a recortes bastante delimitados de classe, gênero, raça e etnia. Assim, embora suas proposições não devam ser descartadas, precisam ser compreendidas a partir de sua situacionalidade histórica e epistemológica, e não tomadas como universais, para que possam servir de base analítica adequada aos diversos campos em que são mobilizadas.

É especialmente em textos como *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* (1996c), *Totem e tabu* (1996f), *Psicologia das massas e análise do eu* (1996e), *O mal-estar na civilização* (1996f) e *Moisés e o monoteísmo* (1996b) — obras que atravessam mais de três décadas de produção — que se torna possível identificar com maior precisão uma hipótese ontológica do devir humano na obra freudiana. Essa hipótese emerge, sobretudo, a partir de quatro eixos: (1) a fase animista; (2) o assassinato do pai da horda primeva; (3) a constituição do psiquismo como resposta defensiva à premência pulsional; e (4) a ambivalência pulsional humana⁵.

Esses textos constroem uma reflexão profunda sobre os fundamentos psíquicos e históricos das dinâmicas patriarcais e falocêntricas. No entanto, se tais dinâmicas são inegavelmente hegemônicas em sociedades capitalísticas, coloniais, eurocêntricas e ocidentais, cabe perguntar se elas seriam universais, inatas ou um destino inexorável do humano — questão que se tornará decisiva para a virada teórica proposta na sequência deste artigo.

(RE)INSCRIÇÕES DO PATRIARCADO E DO FALOCENTRISMO NA OBRA FREUDIANA

Freud propõe como característica fundamental da dinâmica psíquica humana a coexistência e a sobreposição de tipos de organização psíquica (amplamente conhecidos como fase oral, fase anal, período de latência e fase genital). Essa concepção rompe com modelos estritamente lineares ou evolucionistas, indicando que nenhuma etapa do desenvolvimento psíquico é totalmente superada. Em vez disso, configura-se uma espécie de estratificação, na qual modos de funcionamento mais especializados se sobrepõem a formas mais arcaicas, que permanecem ativas e eficazes.

Nesse sentido, em síntese, o chamado “homem primitivo”⁶ continuaria vivo na criança, que, por sua vez, continuaria viva no adulto. Freud estabelece um forte paralelismo entre a história da evolução humana e o desenvolvimento individual. O infantil, tomado como registro psíquico, funciona como chave interpretativa para acessar os “fósseis” da constituição subjetiva e, segundo o autor, também para compreender o movimento civilizatório. Trata-se, contudo, de uma perspectiva marcadamente monocentrada, na qual Freud pensa “o” movimento civilizatório e “a” história da humanidade como unidades homogêneas e universalmente compartilhadas.

É especialmente em *Totem e tabu* e em *Moisés e o monoteísmo* que Freud formula analogias entre o chamado “selvagem”, o neurótico e a criança, bem como entre as figuras do governante, do pai e do homem adulto. A partir dessas correspondências, torna-se possível

⁵ Os eixos três e quatro não serão desenvolvidos neste artigo. Para maior aprofundamento, ver Durski (2014b).

⁶ Decidimos manter o uso de Freud sobre os termos “primitivo” e “selvagem”. Contudo, ressaltamos aqui o peso colonizador desse tipo de designação que, por vezes, localiza como inferiores outras culturas, etnias e comunidades que foram dizimadas e escravizadas pela ação do colonialismo e do capitalismo. Quem afinal é “selvagem”, o colonizador ou o colonizado?

afirmar que o paralelismo entre a evolução da espécie e o desenvolvimento individual constitui um dos pilares de uma matriz epistêmica colonial presente no pensamento freudiano. Trata-se menos de imputar a Freud uma posição colonial consciente e mais de evidenciar como sua teoria universaliza uma experiência histórica situada, caracterizando como “primítivas” formas culturais que não correspondem ao ideal do homem moderno ocidental.

Ao analisar a obra freudiana, é possível identificar que determinados modelos de interpretação da diferença sexual e da cultura podem reforçar lógicas binárias historicamente articuladas ao patriarcado e à colonialidade. Não se trata de afirmar que Freud tenha “criado” o patriarcado, mas de interrogar como suas formulações metapsicológicas, ao serem universalizadas, acabam por reiterar padrões de hierarquização entre corpos, gêneros e formas de subjetivação.

Ao estabelecer, particularmente em *Totem e tabu*, paralelos entre desenvolvimento individual e história cultural, Freud acabou por contribuir para a naturalização de certos modelos de poder — centrados na figura do homem, da lei e da autoridade — como medidas universais de inteligibilidade do humano. A partir dessa leitura crítica, torna-se evidente que a universalização da diferença sexual não apenas organiza categorias psíquicas, mas também delimita quais modos de existência se tornam legíveis na clínica e quais permanecem à margem do reconhecimento.

Nesse contexto, torna-se produtivo mobilizar o pensamento de Butler (2013) para situar o patriarcado não como uma origem histórica isolada, mas como lógica reiterativa que atravessa diferentes tempos e contextos culturais, e o trabalho de Ayouch (2025), para evidenciar como certas configurações de poder continuam a impactar subjetividades que não ocupam o centro da norma. Essa perspectiva permite que a leitura da obra freudiana seja realizada de modo crítico, sensível às condições de inteligibilidade e às repercussões clínicas das epistemologias binárias.

Ao buscar explicar a História, com H maiúsculo, como a (única e verdadeira) história, Freud acabou por descrever, ainda que inadvertidamente, certas bases que sustentam o pensamento patriarcal e falocêntrico. O que emerge não é apenas uma narrativa sobre a origem da cultura, mas a construção de um certo “Homem”⁷: masculino, branco, europeu, heterossexual e situado no interior de uma sociedade capitalística e colonial. Esse homem hegemônico passa a operar como medida universal do humano.

Vale notar o protagonismo quase exclusivo das figuras masculinas nessas narrativas — pai, homem e menino —, enquanto as mulheres aparecem predominantemente como objetos de troca, e não como sujeitos ativos⁸. Ainda que Freud introduza nuances e revisões em textos posteriores, o eixo organizador de sua teoria permanece marcadamente patriarcal, evidenciando uma concepção restritiva da diferença sexual.

A ambivalência afetiva — amor e ódio — em relação à figura do governante ou do pai explicaria o sentimento de culpa transmitido ao longo das gerações. Freud sintetiza essa ideia

⁷ Faremos uso da palavra “Homem” com H maiúsculo (bem como com “História”) para circunscrever que se trata desse humano constituído na lógica patriarcal e falocêntrica. Não estamos, portanto, falando de todos os humanos, mas de um tipo e modelo específico de subjetivação — o processo de subjetivação que produziu essa ideia de Homem unívoco, neutro, genérico, com H maiúsculo que designaria Toda a humanidade.

⁸ Se considerarmos, em linhas gerais, a trama edípica como sendo 1) centrada na figura do menino que deseja uma fusão com a figura da mãe; 2) em uma disputa entre menino e pai pelo acesso ao corpo da mãe; 3) em uma potência proibitiva e normativa exclusiva à figura do pai; logo, vemos uma narrativa centrada em figuras masculinas, um poder de norma e delimitação delegado à figura do pai (patriarca), uma relação monogâmica e heteronormativa do menino apaixonado pela mãe e em conflito com o pai que disputaria essa mãe, uma criança travando uma batalha de luta por seu objeto de amor contra seu inimigo/pai (a clássica trajetória excessivamente solitária do herói). Assim, fazemos aqui uma caricatura do Édipo para dar a ver o que há de potencial grosseiro e reducionista ao pensarmos o funcionamento psíquico apenas por essa lente.

ao afirmar que, no complexo de Édipo, reúnem-se os começos da religião, da moralidade, da sociedade e da arte (Freud, 1996f, p. 239).

A partir desse modelo, Freud sustenta a existência de uma herança filogenética reativa da no desenvolvimento ontogenético. A história da humanidade estaria implícita na história do indivíduo, determinando destinos psíquicos. Essa hipótese revela o caráter fortemente universalizante de sua teoria, o qual fortalece a ideia de que a estrutura patriarcal e falocêntrica da cultura ocidental é algo “natural” ao destino do humano.

A leitura aqui defendida sustenta que o modelo freudiano descreve com precisão a lógica simbólica de reprodução do patriarcado, mas que essa lógica corresponde a um recorte histórico-cultural específico. Universalizá-la implica converter um fenômeno social e histórico em uma estrutura ontológica invariável.

Embora Freud tenha iluminado aspectos fundamentais do funcionamento psíquico, sua generalização irrestrita induz a um saber excessivamente apriorístico sobre o devir humano, restringindo as possibilidades mais múltiplas, dinâmicas e fluidas de subjetivação. Quando tomada como universal, sua teoria pode reatualizar dimensões traumáticas da colonialidade e do capitalismo⁹, ao reduzir a diversidade das experiências humanas à trama edípica — profundamente patriarcal, heteronormativa, ciscentrada, monogâmica e individualizante.

FALOCENTRISMO E PATRIARCADO: O BINARISMO DA DIFERENÇA SEXUAL

A centralidade atribuída à figura do homem como detentor do pênis-falo aparece de modo particularmente problemático na obra freudiana. Ao sustentar que a cultura patriarcal seria o modelo mais desenvolvido para a manutenção do pacto civilizatório, Freud reafirma uma concepção da mulher como sujeito deficitário, frequentemente pensada como um “menino sem pênis”¹⁰, incapaz de desenvolver um supereu suficientemente robusto para determinadas funções sociais e políticas.

Nesse enquadre, a diferença sexual é reduzida à lógica do “ter ou não ter”, empobrecendo radicalmente a compreensão da diversidade dos corpos e das experiências. Freud demonstra pouca abertura para imaginar potências corporais e simbólicas para além da economia fálica da posse, deixando de considerar outras zonas erógenas, capacidades sensíveis e formas de prazer que escapam à lógica reprodutiva.

Essa economia fálica dialoga diretamente com o imaginário capitalístico, no qual o valor do que se tem tende a se sobrepor ao valor do que se é. Patriarcado e capitalismo operam conjuntamente ao reduzir a alteridade a variações subordinadas de um centro normativo. Mulheres tornam-se “não homens”; sujeitos racializados tornam-se “não brancos”. A margem não existe como possibilidade legítima e independente, mas como extensão hierarquizada de um centro que se pretende universal.

Argumento, assim, que pensamento binário, falocentrismo e regime patriarcal constituem uma tríade estruturante que reduz o campo do conhecer ao dilema da posse. Quando a lógica fálica se torna o eixo interpretativo do mundo, ela achata a capacidade epistêmica e transforma toda apreensão da realidade em uma aterrissagem compulsória em uma pista única, que reivindica para si o estatuto de universal.

Proponho, por fim, um exercício imaginativo: o que se tornaria visível se deslocássemos nosso olhar para fora dessas lentes binárias? Seria possível formular, ao menos como hipótese,

⁹ Adiante, na seção “Binarismos e trauma colonial-capitalístico”, é mais bem desenvolvida essa conexão entre capitalismo e colonialidade.

¹⁰ Para maior compreensão e aprofundamento deste ponto na sequência desta argumentação, ler Durski (2021).

uma psicanálise não binária? Essa pergunta não visa oferecer uma resposta imediata, mas introduzir uma perturbação necessária — abertura que será explorada, na sequência, a partir do pensamento e da clínica de Sándor Ferenczi.

BINARISMOS E TRAUMA COLONIAL-CAPITALÍSTICO: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO FERENCZIANO PARA UMA EPISTEMOLOGIA NÃO BINÁRIA

A articulação entre binarismo, colonialidade e capitalismo proposta neste trabalho parte da hipótese de que esses fenômenos não constituem esferas independentes, mas dimensões interligadas de uma mesma matriz histórica de organização da diferença.

Conforme apontam autoras como Lugones (2019), a colonialidade não operou apenas por meio da exploração econômica e da dominação territorial, mas também pela imposição de classificações rígidas acerca do humano, do gênero, da sexualidade e da cultura. Nesse contexto, os binarismos assumem uma função central: transformam diferenças contingentes em hierarquias ontológicas, produzindo centros normativos e margens subalternizadas. O capitalismo colonial moderno, por sua vez, encontra nessas classificações um importante mecanismo de administração dos corpos e de distribuição desigual de reconhecimento, valor e humanidade. É nesse horizonte que o presente artigo compreende os binarismos não apenas como categorias conceituais, mas como operadores epistemológicos que participam da produção de subjetividades e da legitimação de formas específicas de sofrimento.

Em *Eu sou o monstro que vos fala*, Paul B. Preciado (2021) dirige-se à comunidade psicanalítica com um alerta incisivo: ao manter-se rigidamente ancorada na epistemologia da diferença sexual, a psicanálise corre o risco de enfrentar um colapso epistêmico. A antiga “jaula” binária do gênero, segundo o autor, já teria sido implodida por subjetividades que escapam às classificações normativas. Tomo esse alerta não como uma recusa da psicanálise, mas como um ponto de tensão produtivo a partir do qual se torna possível interrogar seus fundamentos epistemológicos.

Sustento que o colapso da epistemologia da diferença sexual remete a uma fissura ainda mais profunda: aquela que estrutura a própria lógica binária. Tal lógica antecede o gênero e organiza pares hierárquicos como sujeito-objeto, cultura-natureza, civilizado-selvagem, humano-animal, mente-corpo, eu-outro e individual-coletivo. Quando naturalizados ou universalizados, esses binarismos operam como dispositivos de apagamento de epistemologias outras, subordinando diferenças a paradigmas normativos orientados por essências, hierarquias fixas e regimes de apropriação do saber.

Entre autoras e autores que sustentam o paradoxo em vez da cisão, destaco Sándor Ferenczi. Contemporâneo de Freud, seu pensamento clínico e epistemológico abre frestas para o que pode ser reconhecido como uma epistemologia não binária no interior da própria psicanálise. Conceitos como mutualidade, empatia, utraquismo e anímixia tensionam frontalmente dicotomias rígidas, sobretudo aquelas que separam eu-outro e sujeito-objeto, indicando a impossibilidade de as relações entre humanos se constituírem sem atravessamentos, coafetações e reverberações mútuas.

Esse deslocamento ganha relevo quando articulado à ontologia freudiana discutida anteriormente. Argumentei que o eixo fálico/não fálico funciona, em Freud, como um operador central, independentemente da distinção homem/mulher. Coloca-se, então, a questão: o impasse dessa ontologia reside apenas na naturalização do patriarcado ou, mais profundamente, na adoção de uma matriz binária que o antecede e o torna possível? A hipótese aqui sustentada é que o binarismo, enquanto forma epistemológica, é anterior e estruturante, criando as condições de possibilidade para relações hierárquicas como as do regime patriarcal.

Nesse ponto, a reflexão de Maria Lugones (2019) — em *Rumo a um feminismo decolonial* — permite ampliar o problema. Ao examinar a colonialidade do gênero, a autora

demonstra que, antes mesmo da generificação dos corpos, o processo colonial-capitalístico institui um binário ontológico decisivo: humano/não humano. Essa divisão define quais corpos são reconhecidos como sujeitos e quais são “animalizados”¹¹, bestializados, desumanizados ou convertidos em força de trabalho. Esse binário fundamenta as violências coloniais, raciais e patriarcais que se sobrepõem e se retroalimentam. Não se trata apenas de quem é incluído nas categorias homem ou mulher, mas de quem é reconhecido como alguém que pode *ser*, que é digno de ser considerado sujeito.

Nesse sentido, o problema do binarismo não reside apenas na diferenciação em si, mas na rigidez hierárquica que transforma a diferença em desigualdade ontológica. A colonialidade moderna constitui um dos campos privilegiados dessa operação, ao instituir divisões radicais entre humano e não humano, civilizado e bárbaro, branco e não branco, produzindo formas sistemáticas de desumanização e violência epistêmica.

É precisamente nesse ponto que o pensamento de Sándor Ferenczi adquire relevância. Mais do que oferecer um contraponto à teoria freudiana, Ferenczi introduz deslocamentos epistemológicos capazes de tensionar dicotomias rígidas e modelos totalizantes de subjetivação. Como será explicitado adiante, o pensamento ferencziano permite-nos acessar formas de relação atravessadas por coafetações, interdependências e zonas de indeterminação, abrindo espaço para modos não binários de conhecer e habitar a experiência clínica.

Dito de outro modo, se os regimes coloniais de poder operam por classificações rígidas e hierarquizantes, a aposta ferencziana em conceitos como mutualidade, anífmixia e utraquismo permite imaginar formas de relação menos organizadas pela oposição e mais orientadas pela coexistência, pela mistura e pela coafetação. É nesse ponto que a crítica aos binarismos encontra sua dimensão clínica e epistemológica mais fecunda.

FERENCZI, EPISTEMOLOGIA E UTRAQUISMO

Ferenczi considera que o humano dispõe de duas formas fundamentais de produzir conhecimento: a introjeção e a projeção — sendo a primeira ligada ao idealismo e a segunda ao materialismo (Câmara; Herzog, 2014). Ao propor uma relação de mutualidade entre essas duas vias de apreensão, o autor delinea o que chama de utraquismo. Assim:

O utraquismo pode ser expresso como a culminação mais ousada de uma postura epistemológica buscada e assumida por Ferenczi ao longo de sua vida. Essa posição configura-se não como a tentativa de realizar a síntese entre materialismo e idealismo ou entre monismo e dualismo ou entre as ciências da natureza e do espírito, mas como um movimento oscilatório, sem ter, no entanto, uma ritmicidade pré-determinada. [...] O utraquismo, ao buscar respeitar a consistência dos saberes que se encontram em intercâmbio, mostra-se impossibilitado de permitir um movimento de colonização deste ou daquele saber (Câmara; Herzog, 2014, p. 130).

Essa dimensão rítmica, não submetida a um compasso prévio, é constitutiva do pensamento ferencziano. O movimento do utraquismo opera mais como dança do que como sistema: aproxima e afasta, mistura e tensiona, sem pretensão de estabilidade. Em *Thalassa* (Ferenczi, 1993), essa proposta torna-se particularmente visível no interjogo entre biologia e psicanálise, não como aplicação mecânica, mas como experiência biopsíquica que sustenta o “e... e” em lugar do “ou... ou”.

Nessa perspectiva, o utraquismo funciona como operador de desorientação dos regimes binários e dualistas. Ao deslocar o pensamento linear e cronológico, abre espaço para um

¹¹ Como se nós humanos não fossemos também animais.

modo de conhecer errante, poroso e instável, capaz de restringir impulsos de apropriação epistemológica e de sustentar zonas de indeterminação.

A leitura de *Thalassa* oferece elementos para pensarmos tanto a tendência colonizatória dos binarismos quanto o potencial traumático das epistemes binárias. Assim como é possível identificar um potencial traumático em certos aspectos da produção freudiana — especialmente quando esta reafirma, mesmo que de modo não explícito, o patriarcado e a colonialidade —, torna-se possível reconhecer, no plano macropolítico, a existência de uma traumatologia dos binarismos, por assim dizer.

A noção de traumatologia dos binarismos proposta neste artigo parte da hipótese de que determinadas formas binárias de organização da experiência não apenas classificam o mundo, mas produzem condições traumáticas de subjetivação. Quando a diferença é capturada por estruturas rígidas e hierárquicas — humano/não humano, masculino/feminino, civilizado/selvagem, branco/não branco —, ela deixa de operar como campo de multiplicidade e passa a funcionar como dispositivo de cisão, exclusão e precarização ontológica.

Nesse sentido, o trauma colonial não pode ser compreendido apenas como efeito de eventos históricos específicos, mas também como consequência contínua de regimes epistemológicos que produzem separações radicais entre formas legítimas e ilegítimas de existir. O binarismo opera traumáticamente ao converter diferenças em desigualdades ontológicas, instaurando processos permanentes de desautorização da experiência.

A leitura de *Thalassa* permite ampliar essa reflexão. Ao conceber a vida como atravessada por sucessivas catástrofes adaptativas, Ferenczi descreve o desenvolvimento não como progressão linear, mas como processo descontínuo marcado por rupturas, perdas e reorganizações. Cada transformação exige renúncias, rearranjos e formas de sobrevivência diante de um ambiente que já não pode ser habitado da mesma maneira. Como afirma o autor, “a adaptação implica renúncia aos seus objetos de satisfação a fim de habituar-se a novos objetos” (Ferenczi, 2008, p. 355). Nessa perspectiva, toda adaptação carrega um resto traumático.

Tal formulação permite pensar a colonialidade como uma catástrofe histórica prolongada. Não apenas porque produziu violência material, escravidão e expropriação, mas porque impôs adaptações psíquicas contínuas a sujeitos obrigados a habitar categorias produzidas por uma epistemologia binária. O sujeito colonial precisa adaptar-se a um mundo que o posiciona como não branco, não europeu, não civilizado ou, em situações extremas, não humano.

A traumatologia dos binarismos designa justamente esse processo: a produção reiterada de cisões subjetivas decorrentes da imposição de estruturas classificatórias rígidas que interrompem experiências de coexistência, mutualidade e pertencimento. O trauma deixa, então, de ser apenas uma ruptura individual e passa a ser compreendido como efeito político e epistemológico de modos de organização do mundo que transformam a diferença em hierarquia.

É precisamente nesse ponto que o pensamento ferencziano oferece uma via clínica importante. Se o trauma colonial opera pela cisão e pela fragmentação das experiências relacionais, conceitos como mutualidade, anímixia e utraquismo apontam para formas de elaboração que não dependem da restauração de identidades fixas, mas da construção de espaços intermediários capazes de sustentar coexistências, atravessamentos e zonas compartilhadas de experiência (Câmara; Herzog, 2018).

A COLONIALIDADE E A TRAUMATOLOGIA DOS BINARISMOS

Em *Pele negra, máscaras brancas*, Frantz Fanon (2008) investiga as bases psicológicas do colonialismo. Para ele, o colonialismo — indissociável do racismo — constitui um modo de ver, existir e apreender o mundo, articulando-se tanto à ontologia (as bases do ser) quanto à epistemologia (as formas de conhecer).

A visão de mundo colonial, em sua estrutura racial, organiza-se a partir de um centro: o homem branco. É em torno dele que os corpos colonizados devem orbitar, alimentando sua sede de controle. O branco colonial não constrói relações, mas domínios. Como afirma Fanon:

O branco quer o mundo; ele o quer só para si. Ele se considera o senhor predestinado desse mundo. Ele o submete, estabelece-se entre ele e o mundo uma relação de apropriação (Fanon, 2008, p. 117).

Esse eu-branco-colonial não tolera fissuras: precisa ser pleno, completo, incontestado. Produz divisões maniqueístas que distorcem radicalmente as relações. O outro deixa de ser outro; torna-se não eu. A coexistência desaparece. O colonizador existe sobre o colonizado, parasita territórios e corpos, instaurando uma dinâmica predatória que inviabiliza o comum, o coletivo e a multiplicidade.

As técnicas de apropriação mobilizadas pela colonialidade articulam-se ao capitalismo: terras tornam-se propriedades privadas, corpos tornam-se mercadorias, o ecossistema transforma-se em “recurso”. Esse acoplamento colonial-capitalístico gerou processos etnocidas e epistemicidas, eliminando modos de vida, de ser e de conhecer.

É nesse contexto que Grada Kilomba (2019), em *Memórias da plantação*, formula o conceito de trauma colonial. Para ela, trata-se de um passado que insiste em retornar, violando continuamente corpos negros e subordinando-os ao lugar de Outro da branquitude. Do lado da branquitude, o trauma opera pelo desmentido e pela recusa em reconhecer a violência que estrutura a relação colonial.

Assim, o trauma colonial rompe vínculos comunitários e fratura a sensação de humanidade partilhada. A experiência de ter a personalidade cindida — rompida, desconectada — ecoa a história da escravização e do colonialismo: uma história marcada pela “desunião, separação e isolamento” (Kilomba, 2019, p. 221).

Podemos, então, considerar que binarismos que instauram dicotomias hierárquicas e categorizantes produzem uma cisão traumática nos modos de subjetivação atravessados pelo sistema colonial-capitalístico. Essa cisão, naturalizada e universalizada, impede a elaboração da perda e da violência, pois não reconhece a devastação imposta àqueles que foram precarizados, marginalizados e aniquilados.

Ser-estar-fazer em relação, em vez de separados e hierarquizados, é um ato de resistência ao regime colonial-capitalístico. E é precisamente aqui que Ferenczi se destaca. Ainda contemporâneo de Freud, ele ousou experimentar e teorizar, clinicamente, um modo relacional, mutualístico e paradoxal que aponta para um além da dicotomia Eu-Outro — algo muito distinto de um “aquém” ou de uma abolição indiferenciada da alteridade.

Do ponto de vista de uma micropolítica da clínica psicanalítica, Ferenczi introduz o que podemos chamar de um *espaço-entre*¹², fundamental para resistir ao trauma colonial e elaborá-lo. Adiante, explicarei um pouco mais sobre o conceito de “espaço-entre”, mas vale asseverar que podemos pensá-lo como um campo de coexistência sensível em que as fronteiras subjetivas permanecem móveis sem serem abolidas. Nesse sentido, o pensamento ferencziano nos permite vislumbrar brechas para experiências de estar-e-sentir-com que recuperem a dimensão comunitária, sistematicamente atacada pelo individualismo colonial.

Podemos concluir esta seção, portanto, compreendendo que o trauma colonial não decorre apenas da violência exercida sobre determinados corpos, mas da imposição de uma

¹² Para um maior aprofundamento nesta ideia do “espaço-entre”, ver Durski (2016).

ontologia binária que rompe campos de coexistência e transforma multiplicidades relacionais em identidades hierarquizadas.

CONCLUSÃO: POR UMA EPISTEMOLOGIA NÃO BINÁRIA — O PARADIGMA DA APROXIMAÇÃO

Trago, para concluir esta argumentação, a necessidade de defendermos aquilo que podemos chamar de um *espaço-entre*: uma zona relacional que desestabiliza as margens rígidas das dicotomias, das dualidades e dos binarismos. Esse espaço-entre abre caminhos para uma epistemologia não binária capaz de sustentar o comum, isto é, uma área de coexistência, reciprocidade e mutualidade que preserva a tensão viva constitutiva do par Eu-Outro. Trata-se de um campo que resguarda o cuidado ético diante das dinâmicas potencialmente predatórias e colonizatórias produzidas pelos binarismos.

Atendendo ao alerta e ao chamamento de Preciado (2021), torna-se urgente que nós, psicanalistas, empreendamos um processo de transição epistêmica, saindo do “armário” da binariedade compulsória e assumindo as implicações dos privilégios e das heranças coloniais que moldaram — e ainda moldam — a história da psicanálise. Também é urgente reconhecermos a herança traumática produzida pela cisão colonial-capitalística que, na própria consolidação da ciência moderna, cristalizou binarismos posteriormente tomados como “naturais” e “universais”. A psicanálise, herdeira dessa matriz, carrega a dupla tarefa de reconhecê-la e de renunciar a ela.

É, portanto, necessário abdicar de certos pressupostos freudianos que, ao universalizarem e essencializarem dualismos, contribuíram para dinâmicas patriarcais, colonizadoras e para formas sutis ou explícitas de machismo, homofobia, transfobia e racismo. Nesse contexto, foi evocado o conceito de *utraquismo* ferencziano por este oferecer uma pista conceitual e clínica ao propor modos de conhecer que valorizam o interjogo entre diferenças e que preconizam uma coabitação não hierárquica.

Em outros termos, uma epistemologia não binária, entendida como modo possível de conhecer o mundo, aponta para o paradigma da aproximação — em contraposição ao paradigma da apropriação. Trata-se de deslocar o gesto epistêmico do domínio para o contato; da captura para o tato; da privatização do sentido para a abertura ao indeterminado. Nesse sentido, é justamente no estudo e na experimentação das coabitações, das mutualidades, dos hibridismos e das zonas de indeterminação entre analista e analisante que encontramos um campo privilegiado para vislumbrar a transição epistêmica aqui proposta.

Quando ampliamos essa crítica para além do gênero e a conectamos ao campo colonial, torna-se evidente que a mesma matriz binária que organiza a diferença sexual na obra freudiana — marcada pela lógica “ter/não ter” — também estrutura a produção colonial da alteridade. Assim como Fanon e Kilomba evidenciam, a colonialidade opera por um mecanismo semelhante: transformar o Outro racializado em “não branco”, “não europeu”, “não homem”, “não humano”, produzindo uma subjetividade ferida por um olhar que a reduz à falta, à abjeção e à desimportância. O binarismo, portanto, não é apenas um modo de classificar, mas um dispositivo de violência epistêmica que participa ativamente da constituição do trauma colonial, convertendo populações inteiras em categorias deficitárias, incompletas ou infantis — mecanismo que ecoa, de maneira inquietante e, em especial, na teoria freudiana da feminilidade¹³. Ao tensionarmos esse arcabouço, torna-se possível reconhecer que tais binarismos não são categorias naturais, mas efeitos de um regime de saber/poder que sustenta simultaneamente o patriarcado e a colonialidade.

¹³ Para maior compreensão e aprofundamento deste ponto na sequência desta argumentação, ler meu artigo (Durski, 2021).

Uma epistemologia não binária — sensível à multiplicidade, à ambiguidade e às zonas intermediárias — permite reposicionar a psicanálise como campo capaz de acolher o que escapa às categorias clássicas da diferença sexual.

Assim, ao deslocar o eixo interpretativo de uma ontologia binária para uma epistemologia não binária, a psicanálise se abre para modos mais amplos de entender gênero, corpo, desejo, alteridade e, especialmente, o manejo clínico. Esse deslocamento não implica negar a herança freudiana, mas relê-la criticamente, reconhecendo seus limites e, ao mesmo tempo, potencializando o que nela aponta para a reinvenção. Não supõe, igualmente, a elevação de Ferenczi à condição de solução final. Seu pensamento funciona como pista, ensaio e advertência, mantendo viva a atenção aos riscos colonizadores e enrijecedores do binarismo ontológico. Ao transitar de uma ontologia binária para uma epistemologia não binária, a psicanálise pode ampliar sua capacidade clínica, ética e política, evitando excessos traumáticos e protegendo a existência da(s) diferença(s).

REFERÊNCIAS

- AYOUC, Thamy. *Psicanálise e homossexualidades: teoria, clínica e biopolítica*. 2. ed. São Paulo: INM Editora, 2025.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CÂMARA, Leonardo C. P.; HERZOG, Regina. Um e outro: Ferenczi e a epistemologia. *Psicologia USP*, v. 25, n. 2, p. 125-133, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420130041>.
- CÂMARA, Leonardo C. P.; HERZOG, Regina. Um prefácio imaginário para Thalassa. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 18, n. 1, p. 244-260, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38119>.
- DURSKI, Ligia Maria. *Dimensão sensível: a possibilidade de encontro no espaço “entre” analista/analisante*. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.47.2016.tde-07102016-135821>.
- DURSKI, Ligia Maria. Do pênis atrofiado à mulher-mãe: reflexões sobre o feminino e a feminilidade na obra freudiana. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 177-196, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>.
- DURSKI, Ligia Maria; SAFRA, Gilberto. Notas sobre a ontologia freudiana: articulações entre ontologia, ética e estética. In: I Congresso internacional pessoa e comunidade: fenomenologia, psicologia e teologia e III Colóquio internacional de humanidades e humanização em saúde, 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: IPUSP — Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2014a. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/anais_I_cong_intern_pessoa_comunidade_2014.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.
- DURSKI, Ligia Maria. Ser ou ter um corpo? A problemática psíquico/somática a partir da metapsicologia freudiana. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 35, n. 1, p. 89-100, 2014b. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2014v35n1p89>.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERENCZI, Sándor. O problema da afirmação do desprazer. In: FERENCZI, Sándor. *Psicanálise III*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 77-86. (Trabalho original publicado em 1926).
- FREUD, Sigmund. *Moisés e o monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. (Obras completas, v. XXIII). (Trabalho original publicado em 1934/1938).
- FREUD, Sigmund. *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. (Obras completas, v. IX). (Trabalho original publicado em 1908).
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. (Obras completas, v. XXI). (Trabalho original publicado em 1930).
- FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. (Obras completas, v. XVIII). (Trabalho original publicado em 1921).

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1996f. (Obras completas, v. XIII). (Trabalho original publicado em 1912/1913).

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*: curso no Collège de France (1981-1982). Trad. de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-374. (Trad. do artigo original "Toward a Decolonial Feminism", 2010).

PRECIADO, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala*: relatório para uma academia de psicanalistas. Trad. de Rogério Bettoni. São Paulo: n-1 edições, 2021.

Artigo Recebido: 10 de janeiro de 2026

Artigo Aceito: 16 de junho de 2026